

**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS - RS:
DESLOCAMENTOS, REDES FAMILIARES E RELAÇÕES DE PODER
(1877-1920)**

Giovane Pazuch
Doutorando em História
Bolsista (PUC-SP) - Capes
giovanepezuch@gmail.com

1 Introdução

O estudo aborda os deslocamentos, as relações de poder e as estratégias de lutas e resistências dos imigrantes italianos contra as imposições das autoridades civis e religiosas através das redes familiares entre os anos de 1877 e 1920 na colônia italiana de Silveira Martins, RS. Para demonstrar o poder como relações entre sujeitos identificaremos os conflitos surgidos entre os imigrantes italianos, o Estado e a Igreja durante as tentativas de emancipação das vilas da Colônia de Silveira Martins dos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos e da criação das paróquias. A pesquisa também aborda o cotidiano e a sociabilidade dos imigrantes italianos em suas famílias, em seus lotes de terra, no trabalho no campo e nas Sociedades da Capela¹, onde se encontravam para rezar e planejar a organização da Colônia. O trabalho ainda destaca o protagonismo das mulheres² imigrantes das famílias italianas como educadoras e trabalhadoras: no lar cuidando dos filhos e da casa e no campo cuidando da lavoura e dos animais junto com o esposo e os filhos.

¹ As “Sociedades da Capela” eram associações religiosas organizadas nas igrejas do interior das colônias italianas e seus membros eram designados “sócios da capela”. O termo “sociedade da capela” é usado para designar tanto os membros da mesma sociedade quanto o prédio da Igreja e a região geográfica que a Sociedade da Capela abrange. Cf. DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do Campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892-1919)*. 1993. p. 18. Dissertação (Mestrado em História) UFSC. Florianópolis.

² Segundo Matos, o estudo do cotidiano também possibilitou incorporar à historiografia os estudos históricos sobre as mulheres: “Nesse contexto, foram particularmente frutíferos os estudos históricos sobre as mulheres, que procuraram recobrar os poderes e as lutas femininas, repensando mitos e estereótipos, revendo imagens e enraizamentos impostos pela historiografia e questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas as mulheres, entre outros fatores, por um discurso universal masculino” (MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 24).

A pesquisa foi realizada a partir das fontes de família do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS, (CPG-NP) referentes à colônia italiana de Silveira Martins. O acervo do Centro foi organizado pelo sacerdote católico Luiz Sponchiado³ ao longo de 50 anos com a ajuda dos descendentes dos imigrantes italianos, o qual é composto por livros-tombo, abaixo-assinados, crônicas, cartas, genealogias e fotografias. O CPG-NP contém a história de 1634 famílias italianas organizadas em caixas. Os dados genealógicos das famílias estão registrados em 67 livros que contêm as seguintes informações: local de nascimento, registro de batismo, casamento, óbito, parentesco, data de saída da Itália e de chegada no Brasil.

2 Ocupação de espaços e lugares

Um dos principais objetivos do imigrante italiano, que se instalou no Rio Grande do Sul, foi o de ser proprietário de um lote rural para trabalhar somente para si. Por isso, a agricultura familiar se tornou a base da economia dos imigrantes, pois toda a família era obrigada a trabalhar no lote rural para derrubar a mata, preparar o solo, plantar e colher, além de criar animais para consumo próprio e para o comércio.

Os imigrantes que formaram a Colônia de Silveira Martins são oriundos do Vêneto, região situada no Norte da Itália, os quais vieram para o Brasil no final do século XIX para trabalhar na agricultura. Silveira Martins foi a Quarta Colônia Imperial criada no Rio Grande do Sul e foi organizada no centro do estado pelo Império Brasileiro para receber agricultores italianos oriundos do Vêneto. A Colônia iniciou seus trabalhos de demarcação a 19 de maio de 1877 em *Val de Buia*⁴, localidade situada na Serra de São Martinho a 22 km do Município de Santa Maria, RS, e a 285 km da cidade de Porto

³ Luiz Sponchiado nasceu a 22 de fevereiro de 1922 em Novo Treviso, atual distrito do Município de Faxinal do Soturno, e ordenou-se sacerdote a 15 de dezembro de 1942 em Frederico Westphalen, RS. Em 01/06/1984 fundou junto à Casa Paroquial da Igreja Matriz Santíssima Trindade, o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma em comemoração ao Centenário da Imigração Italiana em Nova Palma, RS, vila criada em 1884 com o nome de Núcleo Soturno no território da Colônia Silveira Martins.

⁴ Cf. DE BONI, 1983; DE BONI e COSTA, 1983; COSTA, 1986; ANTUNES e OLIVEIRA, 1994; MAESTRI, 2005.

Alegre, capital do estado, onde aguardavam a demarcação e distribuição dos lotes de terra em um Barracão.

A ocupação da Colônia iniciou-se em outubro de 1877 em *Val de Buia* com a chegada de aproximadamente 100 famílias compostas por 1600 pessoas, as quais vieram de Porto Alegre subindo o Rio Jacuí até o Rio Pardo, percorrendo o restante do caminho até Silveira Martins em carros de boi. A sede provisória da Colônia foi nomeada de “Colônia de Santa Maria da Boca do Monte” por pertencer ao município de Santa Maria da Boca do Monte e seu território foi dividido em 716 lotes coloniais com 22 hectares cada um. Em 21 de setembro de 1878 a Colônia teve seu nome alterado para “Colônia Silveira Martins”, em homenagem a Gaspar Silveira Martins, Ministro da Fazenda naquele ano.

Os primeiros imigrantes italianos vieram à região de Silveira Martins para “Fazer a América” desenvolvendo a agricultura e o comércio. A maioria deles era formada por *contadini*, pequenos agricultores, arrendatários e jornaleiros que trabalhavam para vários patrões na Itália, os quais vieram ao Brasil para comprar e trabalhar no seu próprio lote de terra. Os imigrantes italianos, que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, em sua maioria, almejavam abandonar seus patrões na Itália para se tornarem autônomos no Brasil, passando da condição de servos de patrões e da família para a condição de senhores de seu destino.

Os imigrantes italianos eram mais apegados à família e a seu lote de terra do que a Itália ou ao Brasil, não se envolvendo diretamente com questões políticas da Colônia e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Quem se ocupasse de questões políticas ou públicas não era bem-visto pelos imigrantes, assim como quem estudasse, pois consideravam que as atividades políticas e educacionais afastavam as pessoas do trabalho⁵. Quem trabalhasse com a terra era considerado honesto e digno de respeito, ao contrário, quem estudasse, fosse político ou trabalhasse no comércio era considerado preguiçoso ou desonesto. As únicas atividades públicas aceitas e valorizadas, desde que

⁵ “Com o suor de teu rosto comerás teu pão até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3,19). BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Paulus: São Paulo, 2002. 2206 p.

realizadas apenas nos finais de semana, eram as orações e o trabalho comunitário dedicado à manutenção da capela, do salão de festas e do cemitério.

A fundação e o loteamento da Colônia foram gestados e organizados pelo Estado, o qual administrou a logística dos imigrantes fornecendo ferramentas aos mesmos para abrirem estradas, derrubarem a mata e construírem os primeiros barracões de madeira, porém, no início, a política local, a organização social e a educação dos imigrantes e seus filhos foram dirigidas pela Igreja Católica através dos institutos religiosos das Irmãs do Imaculado Coração de Maria que fundaram a Escola Nossa Senhora de Lourdes a 25 de julho de 1882 na localidade de Vale Vêneto e dos Padres e Irmãos Palotinos que chegaram a 29 de julho de 1886 na mesma localidade.

Os territórios são produzidos no espaço e no tempo pelas relações sociais do cotidiano, do trabalho e da aceitação ou exclusão social dos indivíduos do grupo ao qual pertencem, além disso, os territórios também podem ser temporários ou permanentes, estabelecendo diferentes relações com outros territórios na mesma região. Segundo Raffestin, “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993. p. 7). Em Silveira Martins o território foi ocupado e transformado pelos imigrantes e pelos religiosos que se dispuseram a acompanhá-los.

A mulher imigrante, apesar de não ter sido suficientemente considerada pela historiografia convencional, foi tão importante quanto o homem imigrante para o desenvolvimento social e econômico da Colônia. Os esquecimentos ou ocultamentos da participação das mulheres na historiografia serão analisados a partir do patriarcalismo e da religião dos imigrantes, que dão destaque para as ações públicas dos homens nas Sociedades da Capela e ignoram ou ocultam as ações privadas das mulheres no trabalho do lar e da lavoura.

A falta de interesse dos imigrantes pela política local e de representantes dos próprios imigrantes, impediu que a Colônia obtivesse autonomia econômica e política logo no início da colonização. Contudo, como explica Foucault, o engajamento político é fundamental para a formação de conhecimentos que emancipe a ação do sujeito, pois

“todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber” (FOUCAULT, 1979, p. 21). Desse modo, a política é a atividade na qual as pessoas disputam espaços de poder para defender os seus interesses e aumentar a sua influência sobre os indivíduos, os grupos e a sociedade.

O imigrante italiano buscou sua autonomia econômica e social através da posse da terra frente às autoridades e aos nacionais, tornando-os capazes de negociar seus interesses com os representantes do Estado e da Igreja por meio dos abaixo-assinados e das cartas. Os imigrantes italianos, apesar de não exercerem cargos institucionalizados no Estado e na Igreja, souberam usar o Estado e a Igreja a seu favor para compensar a divisão política de seu território. Assim, devido ao atraso da emancipação das vilas da Colônia, a Igreja Católica, através das Sociedades da Capela, foi o espaço no qual os imigrantes exerceram seu poder político para defender seus interesses econômicos e resistir às imposições das autoridades com as quais não concordavam.

3 Relações de poder e sociabilidade

As relações de sociabilidade nos espaços e lugares da Colônia de Silveira Martins eram relações primárias formadas por pequenos grupos de convivência. Não havia contato direto entre os moradores de cada linha, pois as linhas ficavam isoladas umas das outras, sendo que a sociabilidade dos colonos acontecia esporadicamente, quando iam à sede da linha ou da Colônia, pois durante a semana os colonos conviviam apenas com familiares e parentes em casa e no trabalho. A sociabilidade acontecia aos domingos nas Sociedades da Capela, quando os colonos se encontravam para rezar, conversar e planejar as atividades semanais, conservando assim, alguns costumes trazidos da Itália para a Colônia de Silveira Martins.

Os imigrantes italianos se identificavam mais com a Igreja Católica do que com a Itália ou o Brasil, porque na Itália não havia sentimento de italianidade e no Brasil ainda não haviam se integrado aos nacionais. Manfroi esclarece que “eles eram católicos antes de serem italianos – dado que a Itália era um Estado-Nação recém-criado e identifica-se com o liberalismo e o anticlericalismo. Para esses camponeses, a Igreja era a instituição

normatizadora de suas vidas, tanto no plano social quanto individual” (MANFROI, 2001, p. 28). Desse modo, a religião contribuiu mais para a manutenção da identidade e da unidade dos imigrantes do que a nacionalidade italiana ou brasileira.

Na Colônia os imigrantes reconheciam a legitimidade das autoridades civis e religiosas, contudo, não eram passivos diante de suas ordens, pois sabiam negociar seus interesses e necessidades com as autoridades, utilizando-se de táticas e práticas desenvolvidas na luta pela sobrevivência. Na fundação da Colônia Silveira Martins, a partir de 1878, o contato maior dos imigrantes foi com as autoridades civis. Entretanto, num segundo momento, a partir da década de 1890, com a chegada dos Padres e Irmãos religiosos da Congregação dos Palotinos e das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, a relação dos imigrantes com a Igreja Católica se intensificou. Os imigrantes forneciam o sustento e a manutenção da paróquia e das escolas e os religiosos cuidavam da evangelização e do ensino na Colônia.

Os colonos aspiravam organizar seus lotes rurais e vilas a partir de seus interesses econômicos e religiosos, tendo como centro suas próprias Sociedades da capela e seus Padres Leigos⁶ ou sacerdotes fixos. Quando encontravam algum obstáculo para alcançar seus objetivos, os colonos protestavam e cobravam dos Sacerdotes e dos Intervenores Municipais o atendimento de suas necessidades materiais e espirituais.

Temendo serem enganados, os imigrantes da Capela São Francisco de Assis, em abaixo-assinado de 05/09/1884, requerem a Diocese de Santa Maria o envio de um padre com a exigência de que só pagariam seu salário caso ele residisse na Capela: “Os abaixo-assinados, pertencentes a esta capela, declaram de não querer fazer pagamento obrigatório a qualquer sacerdote que não tenha residência fixa nesta localidade” (RIGHI, 2001, p. 328). Ao final do abaixo-assinado consta a relação dos nomes dos fabriqueiros requerentes e dos membros da Comissão da Capela.

As relações de poder e os conflitos surgidos dessas relações também aconteciam entre os próprios imigrantes. No dia 28/07/1883 os colonos da Linha Arroio Grande

⁶ Em muitas Sociedades da Capela, devido à falta de sacerdotes católicos, também existia a figura do Padre Leigo responsável pelos batizados, casamentos, funerais, bênçãos e cerimônias religiosas: reza do culto, das ladainhas e do terço. Contudo, num segundo momento, com a chegada de padres italianos e a doutrina ultramontana, iniciou-se o processo de romanização da Igreja nas colônias italianas, proibindo aos padres leigos de atuarem como sacerdotes.

exigem que o cemitério seja mantido no local onde foi construído há três anos, apesar do protesto do proprietário do lote conforme segue: “Declaramos nós abaixo escritos de Arroio Grande de querer o Campo Santo no lugar onde com trabalho de todos foi feito há três anos; mas no momento o proprietário da Colônia é contrário a sepultura dos defuntos, recorremos a Sua Senhoria pedindo todos unidos que ponha freio às palavras do dito proprietário e consiga por seu intermédio pleno direito que não seja modificado” (RIGHI, 2001, p. 272). Os imigrantes também sabiam usar as autoridades a seu favor para defender seus interesses particulares quando não chegavam a um acordo.

Nas Sociedades da Capela o poder era compartilhado entre o padre e os imigrantes. Enquanto o padre ministrava os sacramentos: missas, batizados, casamentos e exéquias, os imigrantes faziam a manutenção da capela, do salão social e do cemitério e organizavam as festas do padroeiro. Por isso, as relações de poder entre os imigrantes italianos, e destes com o Estado e a Igreja Católica, não eram relações institucionais, mas relações interpessoais porque feitas entre sujeitos com vontade própria que se organizavam para defender seus interesses perante as autoridades.

Apesar de os imigrantes italianos considerarem a autoridade da Igreja e do padre, eles possuíam uma religiosidade popular própria expressa nas Sociedades da Capela, nos capitéis, pequenos oratórios construídos na frente das casas, na devoção aos santos, nas bênçãos dos mais velhos aos mais novos e nas orações pessoais e comunitárias. Por isso, em Silveira Martins, os imigrantes italianos exerceram seu poder através da liderança local do padre e da estrutura da Igreja Católica para resistir à imposição das autoridades civis e eclesiásticas da Itália e do Brasil, com o objetivo de defender seus interesses econômicos e religiosos. Como eram os próprios imigrantes que construíam as suas capelas, eles se sentiam “donos” e responsáveis pelas mesmas, pagando o padre para servi-los em suas necessidades espirituais e materiais.

4 De servos na Itália a senhores no Brasil

A emigração da Itália para o Rio Grande do Sul se caracterizou pela emigração familiar em rede composta por até 3 gerações, pois emigravam com toda a família formada por avós, pais, filhos, netos, tios, sobrinhos e primos e com outras famílias da mesma *comuna*⁷ de origem. Como os imigrantes não estavam mais na Itália, e ainda não se identificavam como brasileiros, desenvolveram um familismo⁸ e um comunitarismo⁹ próprios baseados na família, na Sociedade da Capela, no trabalho rural e na religiosidade católica. Assim, os imigrantes italianos vieram com toda a família para os estados do Sul do Brasil e se instalaram em pequenas propriedades rurais, onde desenvolveram uma agricultura familiar¹⁰ de subsistência.

A grande maioria dos imigrantes italianos, que veio do Norte da Itália para o Rio Grande do Sul, a partir de 1875, era formada por agricultores, dos quais, segundo Trento, noventa e cinco por cento dos imigrantes foram trabalhar nos lotes de terra coloniais: “De fato, a característica essencial da imigração no sul do Brasil foi seu destino profissional praticamente unívoco: embora não faltassem indivíduos que, não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% se dedicavam à agricultura” (TRENTO, 1988, p. 97).

A política local da Colônia de Silveira Martins foi dirigida pela Igreja Católica e pela Maçonaria¹¹, os quais disputavam o controle político e econômico sobre os imigrantes italianos, a produção agrícola e o comércio local. No entanto, os imigrantes faziam política de modo indireto: quando o Estado e a Igreja queriam impor suas condições aos colonos, os mesmos reagiam com lutas e resistências às decisões impostas

⁷ Na Itália a *comuna* equivale ao município no Brasil, a qual compreende a sede da *comuna* e todo seu território rural.

⁸ O familismo é uma rede de colaboração criada para ajuda mútua entre pessoas aparentadas entre si que compreende várias famílias e várias gerações. Cf. COLBARI, Antonia. *Familismo e Ética do Trabalho: o Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 53-74, 1997.

⁹ O comunitarismo é uma forma de organização social na qual as pessoas se reúnem em torno dos mesmos valores para colaboração mútua.

¹⁰ Cf. SAQUET, Marcos Aurélio. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: Edições EST, 2002. 112 p.

¹¹ Autores que tratam sobre os conflitos entre católicos e destes com a maçonaria na ex-Colônia Silveira Martins, ocupando-se de alguns episódios que envolveram os seus moradores: VÉSCIO (2001); SANTIN (1986); POSSAMAI (2005); VENDRAME (2007); BIASOLI (2010); SANTIN E ISAIA (1990); MARIN (1993); BONFADA (1991).

pelas autoridades locais que atingiam diretamente o destino de suas vidas em seus lotes rurais e Sociedades da Capela.

Na Colônia de Silveira Martins a maioria dos imigrantes era de pequenos agricultores católicos, e as lideranças locais eram constituídas por comerciantes e industriais, sendo que muitos deles também eram maçons. Por isso também haviam rivalidades entre os católicos e os carbonários¹² adeptos de Garibaldi: os católicos ultramontanos¹³ eram favoráveis à soberania do Papa sobre os poderes políticos e religiosos e os carbonários eram partidários da unificação da Itália. Segundo Giron (1979, p. 243-244), na obra *Imigração italiana: estudos*, os imigrantes italianos não formavam um grupo coeso, pois haviam três grupos politicamente antagônicos: os “austríacos” que defendiam o domínio da Áustria sobre a Itália; os “carbonários” que defendiam a unificação do país e os “católicos” que desejavam a manutenção do domínio papal sobre os Estados Romanos.

Para entender as relações de poder entre os imigrantes, e destes com a Igreja Católica, também é preciso estudar as expressões religiosas que determinaram significativamente o modo de pensar e agir do imigrante. Nesse contexto, a hierarquia eclesiástica tinha pouca influência e o exercício do poder entre Igreja e imigrante era negociado, porque o poder não está somente na autoridade, na hierarquia e na instituição, mas principalmente nas relações entre sujeitos que disputam lugares e posições de poder: “Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona” (FOUCAULT, 1979, p. 14). Assim, a Igreja, liderada pelo padre, se tornou a instituição

¹² “A Carbonaria surgiu em Nápoles, fundada por Joaquim Murat (1767-1815), que, mesmo sendo cunhado de Napoleão Bonaparte, lutava contra a espoliação francesa sobre o território italiano. As reuniões entre seus membros se davam em cabanas de carvoeiros e os carbonari utilizavam uma escrita codificada para corresponderem-se. Seus quadros saíam das camadas burguesas da sociedade, sendo universitários e intelectuais (a chamada *intelligentsia*), cuja direção de combate se aproximava daquela da maçonaria, ou seja, opor-se à intolerância religiosa, ao absolutismo, defendendo os ideais liberais. O objetivo do movimento era claro, o de conquistar a unidade política da Península Itálica” (DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) PUC-RS. Porto Alegre. p. 40).

¹³ “O Movimento Ultramontano surgiu na primeira metade do século XIX como uma resposta da Igreja Católica ao ‘avanço das forças liberais e dispostos a restaurar a ordem sociopolítica tradicional’. Frente ao liberalismo e ao iluminismo, a Cúria Romana tornou-se defensora da ordem, da hierarquia, do conservadorismo e do autoritarismo” (BIASOLI, Otávio Fernandes. *A matriz católica da ex-Quarta Colônia de imigração italiana*. MÉTIS: história e cultura, v. 9, n. 17, p. 117-131, jan./jun. 2010. p. 43).

que deu sustentação para a organização social, política e econômica dos imigrantes na Colônia.

O fato de os imigrantes não se envolverem diretamente com a política institucional não significou que eram desinteressados dela, pois faziam política quando negociavam os seus interesses econômicos com os Subintendentes Municipais e as suas necessidades religiosas com os Padres. Por isso, quando os Subintendentes Municipais e os párocos queriam implantar alguma nova lei ou prática que prejudicasse o trabalho dos colonos em seus lotes de terra ou a venda de seus produtos agrícolas, eles lutavam e resistiam para que a nova lei não fosse implantada.

5 Conclusão

A religião católica e as práticas de trabalho trazidas da Itália para o Brasil foram os principais valores que formaram a identidade e a cultura dos imigrantes italianos na Colônia de Silveira Martins, contudo, essas práticas não foram simples transposições de costumes da Itália para o Brasil, mas o surgimento de uma nova identidade local, influenciada pelo novo espaço geográfico e pelo decorrer do tempo.

Os imigrantes italianos da Colônia de Silveira Martins desenvolveram uma italianidade própria baseada na família, na propriedade da terra, no trabalho braçal e na religião católica que se diferenciou das práticas dos conterrâneos que permaneceram na Itália, pois seus costumes foram transformados pelos deslocamentos, pelo tempo e pela assimilação das práticas dos nacionais. Desse modo, os imigrantes italianos constituíram uma identidade ítalo-brasileira que, mesclada com a cultura de outros imigrantes e dos nacionais, consolidou novos usos e costumes no campo da cultura, do trabalho e da educação. A cultura de origem orienta o modo de vida das pessoas inseridas em uma nova sociedade, mas sua influência não é imune a transformações.

Para o imigrante italiano a posse da terra, mais do que uma emancipação econômica, significou o direito à liberdade individual e familiar, transformando o imigrante de empregado explorado na Itália em patrão livre no Brasil. O desejo de

autonomia dos imigrantes pode ser percebido na compra de seus lotes, na construção de suas capelas e na reivindicação de sacerdotes, pois acreditavam que a religião também era necessária para o bom andamento do trabalho. O acesso à propriedade e ao trabalho permitiram que os imigrantes resistissem às determinações do Estado e da Igreja para defender seus interesses.

Portanto, da análise dos deslocamentos, da ocupação dos espaços e dos conflitos neles surgidos é possível concluir que na Colônia não existiu um único centro de poder, mas vários, pois todos os sujeitos históricos exerceram algum tipo de influência sobre as autoridades e os integrantes do grupo a que pertenciam.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES

ANCARANI, Umberto. *Monographia sobre a origem da ex-Colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914*. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. *Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990. 96 p.

ANTONIAZZI, Andrea. *História de Novo Treviso*. (1899), Caixa 4, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

ARQUIVO HISTÓRICO NOSSA SENHORA CONQUISTADORA DE SANTA MARIA - caixas 4 e 5 referentes às Missões Palotinas realizadas na Colônia de Silveira Martins a partir de 1886

CPG-NP - CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS DE NOVA PALMA, RS

CERETTA, Antônio. *História do Vale Vêneto (1877-1886)*. 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil*. Porto Alegre: EST, 2001. 696 p.

SCHWINN, Frederico. *Freguesia Silveira Martins*. Caderno b, p. 24, Caixa 5, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria.

II – BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Helenise Sangoi et al. *As lembranças de uma escola não muito distante*. Santa Maria: UFSM, 1997. 88 p.
- _____; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. *A Imigração Italiana em Silveira Martins: Uma história de esperança*. Santa Maria: Grafos, 1994. 27 p.
- AZEVEDO, Tales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra/Brasília: INL, 1975. 310 p.
- BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Paulus: São Paulo, 2002. 2206 p.
- BONFADA, Genésio. *Os Palotinos no Rio Grande do Sul: 1886 a 1919: o fim da Província Americana*. Porto Alegre: Pallotti, 1991. 235 p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 322 p.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 386 p.
- DE BONI, Luis Alberto (Org.). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1977. 103 p.
- _____. *O catolicismo da imigração: do triunfo à crise*. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.) et al. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 235.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.
- INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA (ISBIEP). *Imigração italiana: estudos. Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979. 282 p.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975. 254 p.
- MANFROI, Olívio. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001. 167 p.
- MARIN, Jérri Roberto (Org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. *Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990. 96 p.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST, 2003. 240 p.

_____. *Alguns aspectos da formação econômica da ex-Colônia Silveira Martins*. In: MARIN, Jéri Roberto (Org.). *Quarta Colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.

_____. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: Edições EST, 2002. 112 p.

SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Trad. Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979. 232 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná et al. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996. 352 p.

SPONCHIADO, Luiz. *A anágrafe de Nova Palma e os núcleos da ex-colônia Silveira Martins*. In: DE BONI, Luiz A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil Volume III*. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Agnelli, 1996, pp.148-167.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana*. Trad. Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. 574 p.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no RS (1893-1928)*. Santa Maria: UFSM, 2001. 327 p.

III – Teses e Dissertações

DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do Campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892-1919)*. 1993. 221 p. Dissertação (Mestrado em História) UFSC. Florianópolis.

DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. 2010. 190 p. Dissertação (Mestrado em História) PUC-RS. Porto Alegre.

VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. 478 p. Tese (Doutorado em História) PUC-RS.

IV – Artigos

BIASOLI, Otávio Fernandes. *A matriz católica da ex-Quarta Colônia de imigração italiana*. MÉTIS: história e cultura, v. 9, n. 17, p. 117-131, jan./jun. 2010.

COLBARI, Antonia. *Familismo e Ética do Trabalho: o Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 53-74, 1997.

MARIN, Jérri Roberto. *A integração dos imigrantes italianos à política sul-riograndense na ex-colônia Silveira Martins*. Imaginário, USP, 2007, v. 13, n. 14, pp. 167-197.

V – E-book

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATI, Luiz Augusto. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. 266 p. E-book.